



A "máquina antropológica em ação": o aniquilamento do não humano em "Pueblerina", de Juan José Arreola

Ana Carolina Mecena Francini (USP)

Em seu livro *Homo sacer* (2002), o filósofo italiano Giorgio Agamben analisa o fracasso da civilização, pondo em xeque o que se convencionou como 'estado de direito', ao afirmar que na modernidade a lei não se opõe à violência, mas se instaura nela e se sustenta por meio dela. O *homo sacer*, figura contraditória no direito romano arcaico, é o ser vivente que caracteriza esse estado contraditório, o qual por ser sacro estava excluído das leis da esfera mundana, mas que, por isso mesmo, poderia ser morto por qualquer um, sem configurar um homicídio: o que o autor denomina de mera 'vida nua', não politizada, abandonada pelo direito, incluída na sociedade pela exclusão. Para o filósofo italiano, o que era exceção no direito romano parece se tornar regra na sociedade atual, na qual (mesmo com a declaração dos direitos humanos) a destruidora "máquina-antropológica" – apresentada por Agamben em seu livro *Lo abierto* (2005) –, reconfigurando a concepção de humano como *l'he convém*, exclui e recaptura os seres viventes, transformando-os em vida nua, vida não humana, em estado de natureza anterior ao surgimento da pólis. Tendo essas ideias como base, este artigo apresenta uma breve leitura do conto "Pueblerina", do livro *Confabulario* (1952), do autor mexicano Juan José Arreola, cujo objetivo não foi somente analisar a dimensão da vida nua do protagonista o qual está nos limites do humano, mas o impreciso e problemático limiar entre cultura e natureza ou entre civilização e barbárie.

